

Ata n.º 11/2022**Reunião de Câmara realizada no dia 16 de maio de 2022**

Aos dezasseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. A Senhora Vereadora, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, faltou por se encontrar em isolamento profilático.-----

Às dez horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos.-----

1 - Período antes da Ordem do Dia-----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana usou da palavra começando por endereçar rápidas melhoras à Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Oliveira. Seguidamente teceu algumas considerações na sequência da assinatura do protocolo de colaboração entre o Instituto Politécnico de Coimbra, IPC e a Câmara Municipal da Lousã, em cerimónia pública, a apresentar a Escola da Floresta, nomeadamente, onde e em que moldes irá funcionar este polo de ensino superior do Politécnico de Coimbra na Lousã, e se está equacionada a possibilidade de abertura de outros níveis de ensino académicos, no futuro. Por último, deu conhecimento ao Executivo de um abatimento na Rua João Neto Arnaut, na via que vai para Cacilhas, perto dos tubos de respiro, alertando para o perigo desta situação.-----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma interveio para questionar o ponto de situação do processo de substituição do Comandante do Corpo de Bombeiros

Municipais da Lousã, bem como a configuração do dispositivo municipal, a fim de fazer face à aproximação da época dos fogos rurais.-----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** tomou a palavra e na sequência da observação da **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** recordou que já há algum tempo deu nota da necessidade de intervenção, por parte do proprietário, em terreno que confina com uma casa de habitação devoluta e em ruínas, sita antes da ponte, disponibilizando-se a remeter fotografias que evidenciam a situação. Alertou para a necessidade da Câmara Municipal proceder à competente notificação, uma vez que coloca em risco as casas contíguas. Em seguida, e porque se aproxima a época dos fogos rurais, alertou, também, para a necessidade de acessos à outra margem. Questionou o estado de conservação e o ponto de situação de algumas pontes no concelho, como a de Serpins, que continua fechada ao trânsito por questões levantadas pela área da arqueologia, mas que, nesta altura poderá constituir alguns constrangimentos; em Foz de Arouce e Casal de Ermio, esta já teve intervenção num dos pilares, mas a de Foz de Arouce está a despertar alguma preocupação, até aos autarcas da freguesia, e a ponte da Ribeira, nas Gândaras, também, começa a revelar alguma preocupação. Por último, questionou o ponto de situação da obra em curso no Arneiro e a previsão da sua conclusão, uma vez que a última informação prestada pelo **Senhor Presidente** era que estaria concluída no final do mês em curso e, ainda, o desenvolvimento das obras a decorrer no cineteatro da Lousã.-----

O **Senhor Vereador João Santos** interveio começando por dar conhecimento de algumas iniciativas que decorreram, nomeadamente, o excelente momento cultural que foi o concerto do Músico Hélder Bruno, que ocorreu no Teatro Académico Gil Vicente, onde estiveram presentes alguns músicos Lousanenses e público que lotou o espaço. Informou que a Câmara Municipal continua a trabalhar para que o Rally, a ter lugar na próxima sexta-feira, corra com normalidade e segurança. Deu ainda conhecimento do passeio pedestre das Gândaras e da Lousã e Vilarinho que foram momentos importantes de convívio entre as pessoas, não apenas das freguesias envolvidas, mas, de todo o concelho. Referiu o encontro organizado pelos GOAL, o evento Airsoft, que decorreu no passado fim-de-semana com uma adesão de trezentos participantes e que teve lugar em área florestal e com bom

ambiente, tendo sido considerado o melhor a nível nacional, nesta área. Disse que os GOAL começam a ficar reconhecidos por esta qualidade de organização. Corroborou o reconhecimento já apresentado no passado sábado pela prestação do Rugby Club da Lousã, nomeadamente à equipa Sub-19 e a equipa de séniores que, recentemente, se sagrou campeã nacional que levou muitos Lousanenses ao Estádio Nacional, a Lisboa e que foi um excelente momento de encontro desportivo. Relativamente à Escola da Floresta sublinhou o momento e o início formal do processo que já é longo e disse tratar-se de um curso importante, podendo ser muito positivo para o concelho. Afirmou conhecer o empenho que o Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra - IPC e **Senhor Presidente da Câmara Municipal** têm colocado neste projeto para que, finalmente, comece a ter maior expressão. Relativamente à Rua João Neto Arnaut, junto à ponte, informou que a Câmara Municipal há cerca de uma semana fez uma informação à empresa que fez a empreitada e às Águas do Centro Litoral, no sentido de perceber o que é que se passa ali e, entretanto, já foi executada uma análise, estando-se a aguardar atuação. Sobre a ponte de Serpins, informou que no sábado passado ficou parcialmente transitável uma das partes para circuito pedestre e espera-se que para o fim desta semana possa haver uma abertura total, embora ainda não vá ser pavimentada por via da estabilização, todavia, as questões da proteção civil ficarão salvaguardadas.-----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio começando por corroborar com as palavras do **Senhor Vereador João Santos** sobre a Escola da Floresta, dizendo que se trata de um passo importante na capitalização destas matérias para o concelho, uma vez que já detém o Centro de Operações e Técnicas Florestais, adiante designado por COTF, a Escola Nacional de Bombeiros e a ADAI, pelo que existe um conjunto de conhecimento que é produzido no Concelho da Lousã, a nível nacional. Reiterou que a Lousã, ao longo dos anos tem-se posicionado como detentora de criação de conhecimento a nível das matérias de âmbito florestal e de proteção civil, o que significa que se trata da agregação destes esforços e conhecimentos para o mesmo território. Em relação ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, adiante designado por DECIR, começou por informar que esteve na cerimónia de apresentação, no sábado passado, na Castanheira de

Pera, com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna. Disse que a Lousã, nesta apresentação, foi bastante relevada no âmbito do Centro de Meios Aéreos permanente e foi considerado fulcral na estratégia nacional de combate a incêndios rurais. Informou, ainda, o DECIR tem início no dia um de janeiro e termina a trinta e um de dezembro, todavia, o período de maior empenhamento e que exige maior incremento de meios é entre o dia um de julho e trinta de setembro, denominado nível IV. Aproveitou para desejar os maiores sucessos a todos, neste momento, que é mais crítico, porque, citando: *“o sucesso deles será o nosso, na salvaguarda das pessoas e bens.”* Referiu que o DECIR do Concelho da Lousã foi considerado adequado ao esforço que é exigido às Corporações da Lousã e restantes agentes de proteção civil, pelo que é similar ao do ano transato. Nesta matéria, não estão envolvidos apenas os bombeiros, mas, também, toda uma rede dedicada a este fim composta por equipas de Sapadores Florestais, GNR, Serviços Municipais de Proteção Civil, Gabinetes Técnicos Florestais – GTF, voluntários e outros agentes. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra começando por apresentar ao Executivo um VOTO DE PESAR pelo falecimento, neste fim-de-semana, de João Madeira Marçal, que foi um dos marcos autárquicos e da democracia Lousanense, entre várias outras atividades da vida profissional, social e autárquica. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de atribuição de um Voto de Pesar, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

Seguidamente, e referindo-se à Escola da Floresta informou que se trata de um primeiro passo formal com mais expressão pública relativo a um processo com cerca de quatro anos. Realçou a importância da criação de um centro de conhecimento no Município da Lousã, reforçando a oferta formativa no concelho, complementando a já existente, numa perspetiva de trabalho em proximidade e em relação com os agentes no território. Neste momento, foram reunidas as condições essenciais para concretizar o objetivo definido para o compromisso público que evidencia o trabalho realizado e que vai envolver mais entidades de âmbito

nacional, regional e local, públicas e privadas. Já existe o envolvimento de algumas, mas, formalmente, serão envolvidas outras no início dos cursos, a ter lugar no próximo mês de setembro. A Escola da Floresta terá instalações na Vila da Lousã, utilizando infraestruturas existentes, na Escola Nacional de Bombeiros, sita no Aeródromo Municipal e no COTF e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF, será um dos próximos parceiros institucionais de âmbito nacional a formalizar a adesão a este projeto. Adiantou que as formações poderão vir a ser de outras valências, porque a pretensão é que não seja, exclusivamente, de floresta ou incêndios rurais, pretende-se que a formação seja sobre a floresta na generalidade, nomeadamente com a criação de unidades ou atividades de formação das temáticas de turismo e desporto natureza e aventura, ou seja, a afirmação de um concelho com "Ecos da Serra e Caminhos de Futuro". Sobre os bombeiros, acrescentou que foi submetido o plano de recursos humanos e outros e o Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã irá ter afetos a esta área as equipas DECIR às quais para além de sucesso, desejou pouco trabalho, ou seja, que o ano possa ser o mais tranquilo possível. Sobre a estrutura de Comando, informou que está a ser avaliada e analisada a transição, tendo presente que o Comandante e o comando se mantêm em funções, assegurando o que é necessário para o funcionamento do Corpo de Bombeiros nas diferentes dimensões e valências. O funcionamento do Centro de Meios Aéreos é permanente e durante todo o ano, tendo afetos recursos humanos do Corpo de Bombeiros que ali prestam serviços para o bom funcionamento das atividades que ali decorrem, destacando o helicóptero que está em permanência à disposição do sistema de proteção civil. Relativamente à casa devoluta em Cacilhas, disse que é uma situação do conhecimento do Executivo e os serviços de fiscalização têm feito diligências no sentido de assegurar as notificações adequadas, bem como a limpeza do terreno. Deu nota que aguarda o desenvolvimento deste processo, uma vez que ele próprio fez, também, uma diligência junto dos serviços para a resolução desta situação. No que às pontes do concelho diz respeito, no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo **Senhor Vereador João Santos**, informou que a Câmara Municipal, para além dos serviços técnicos de acompanhamento e monitorização/avaliação das diferentes situações e algumas intervenções que vai fazendo, está a elaborar um

processo administrativo de contratação pública de um serviço externo, creditado nesta área específica, para fazer essa avaliação e, posteriormente, será definido o plano de atuação. Relativamente à passagem superior do Arneiro, obra no âmbito do Sistema de Mobilidade do Mondego, e integrada na empreitada Serpins – Alto de S. João, informou que os trabalhos têm tido desenvolvimentos, aguardando neste momento a informação sobre a conclusão daquela obra, no entanto, e porque ontem esteve no local, não lhe parece que a obra possa estar concluída no final deste mês conforme havia anunciado. Adiantou que irá solicitar verificação das possibilidades de abertura ao trânsito, ainda que a título precário, e logo que obtenha resposta, partilha com o Executivo a informação recebida. Sobre o cineteatro, convidou o Executivo a uma visita *in loco*, a fim de verificarem as questões e o desenvolvimento dos trabalhos nestes últimos tempos. Associou-se às congratulações pelos resultados alcançados pelas equipas de Rugby de Sub-19 e dos séniores. Informou o Executivo que estão em curso a preparação das várias vertentes de trabalho para as duas classificativas do Rally, na próxima sexta-feira. Por último, partilhou com o Executivo a sua concordância com o parecer negativo que a Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, deu à proposta de lei do Orçamento de Estado, entre outras que não ficaram explícitas, a contribuição injusta que os municípios fazem para a Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, designada por ADSE. -----

2 – Ordem do Dia -----

2.1 – Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 2 de maio de 2022.-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dois de maio do ano de dois mil e vinte e dois. O **Senhor Presidente da Câmara** não participou na votação em virtude de não ter estado presente na reunião. -----

2.2 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara:-----

2.2.1 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da proposta de resolução do contrato da empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra começando por dizer, citando: “esta provavelmente é a reunião em que temos a decisão mais complicada deste mandato para todos nós, acho eu, inclusive, também, para o **Senhor Presidente** e, no meu entendimento e da análise que fiz à proposta dos técnicos, baseada em pareceres, e é até assinada pelos técnicos, mas, presumo que seja a expressa vontade do **Senhor Presidente**.” Agradeceu e disse ter apreciado o gesto do **Senhor Presidente** se ter dirigido aos Vereadores do PSD, antes ainda, de colocar esta proposta à apreciação e votação de reunião de Câmara e ter dado um panorama sobre o que está em causa. Afirmou não conseguir concordar com este “arriscar”. Sublinhou que não se trata de, citando: “criar uma decisão política de medir forças ou fazer um braço de ferro sobre o querer ou não querer. É uma situação que suscita imensas dúvidas e grande parte destes pressupostos poderá não ter a expressão que nós vemos.” Referindo-se ao conteúdo da informação sobre o reequilíbrio financeiro do contrato, mas no seu entendimento, a questão será a revisão de preços que prevê, também, que os prazos de obra possam vir a ser suspensos ou ampliados. Referiu, também, que esta obra é financiada em cerca de 85% de fundos comunitários + 7,5% do governo central e os restantes 7,5% do orçamento municipal da autarquia. Na sua perspetiva arriscar não avançar agora com a empreitada de requalificação da Escola Secundária da Lousã, sob pena de perder parte do financiamento que está associado à obra, embora tenha pouca informação para sustentar uma posição mais coerente, concertada e com mais certezas, ainda assim parece-lhe que poderá não se tanto como a componente que venha no próximo Quadro Comunitário. Disse não se saber em absoluto se o próximo Quadro vai garantir escolas e o grau de financiamento, por outro lado, com a delegação de competências, grande parte das escolas irão concorrer a este tipo de ajudas para conseguirem melhorar os seus equipamentos. Disse que, por outro lado, também, era importante perceber, citando: “quanto poderemos estar em risco de ter de indemnizar o empreiteiro, e há aqui outra questão que faltou para podermos perceber, entendo que houve aqui também o atraso do Tribunal de

*Contas, e isto atrasou, mas há aqui uma questão como é que nós chegamos a esta fase e é que percebemos que não temos tempo para acabar a obra, como é que nós, ainda hoje, estamos com a questão dos contentores, não sei se foram equacionadas outras soluções. Os contentores, sim, têm aqui um custo significativo. E, o que eu queria que me explicassem como é que nós, sabendo das necessidades que a escola tem, porque as tem, há quem defenda que aguenta mais uns meses, mais uns anos, há quem defenda que não ao concorrermos a um novo Quadro, vai fazer com que a obra atrase, a correr bem, três ou quatro anos, se bem que já temos todo o processo pronto, mas, não acredito **Senhor Presidente** que neste mandato se comece a obra na escola. Mas isso sou eu, porque tenho o direito de duvidar, até porque a informação que me chega não me consegue responder a todas as minhas dúvidas. Nós temos os instrumentos que estão a ser estudados pelo governo, em virtude da pandemia, em virtude da guerra em que temos a revisão de preços, pode ser colocada na mesa, o alargamento dos prazos, ou, a não penalização por serem ultrapassados, também poderá ser colocada em cima da mesa.” No seu entendimento, não se devia desperdiçar esta oportunidade, nem abrir mão, neste momento, tanto mais pelo facto de não existir qualquer garantia que venha a existir um financiamento para esta obra com o mesmo índice de comparticipação e que o prazo de execução seja feito em tempo útil. Referiu que a obra é urgente para o conforto dos alunos, mas, também, muito urgente pela sua própria segurança. Afirmou que, neste contexto, o PSD entende que salvaguardando as questões da revisão de preços e penalizações que possam existir, acreditando que nem existirão dada a conjuntura que o mundo está a viver, seria de arriscar e avançar com a obra e dentro de dois anos, o edifício estaria requalificado, e no próximo Quadro Comunitário, havendo financiamento para este tipo de equipamentos, candidatar-se-ia a EB 2 que, também, começa a precisar de intervenção, acrescendo o facto de que com a delegação de competências o edifício passa a ser responsabilidade do Município da Lousã. Citando: “apelava que nos dê mais informação ou que, também, possa rever esta sua proposta porque entendo que possa ser uma jogada arriscada.” -----*

O Senhor Presidente da Câmara em resposta começou por dizer que o texto da proposta está bastante claro e factual com os dados que são relevantes

relativamente a todo o processo, quer em termos de cronologia, quer nos montantes e enquadramento legal de fundos comunitários e de contratação pública. Concordou com o facto de ser uma decisão difícil, por isso ser necessário apresentar soluções mais adequadas para a Câmara Municipal. Disse que, neste momento, a Câmara Municipal entende ser a decisão mais adequada relativamente ao objetivo de realização de obra na Escola Secundária da Lousã. Sublinhou que não se trata de deixar de ter o objetivo, antes porém, fazer o adiamento de meses relativamente ao calendário inicialmente previsto. Esclareceu que a revisão de preços, que são até 10%, não acautela nada do que está em causa e presente na proposta. Adiantou que as revisões de preços têm ainda outros critérios que não permitem corresponder ao atual cenário de contratação pública. O prolongamento de prazos, ou a reprogramação temporal, existe, mas é feita em função das circunstâncias em que as empresas vivem, ou seja, o prolongamento de prazos é contrário, e não joga a favor da Câmara Municipal, nomeadamente na necessidade de reduzir prazos de execução da obra, não esquecendo a dificuldade na aquisição de determinados bens e serviços nos variados setores. Recordou que a obra tem um prazo desenvolvido de acordo com o estabelecido com os serviços contratados pelo Ministério da Educação para fazer o projeto e o acompanhamento dos serviços técnicos da autarquia de vinte e quatro meses que começam a contar a partir do momento da consignação que ainda não está feita. O Quadro Comunitário, adiante designado por QC, termina em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. Toda a programação desta obra foi feita na perspetiva da sua conjugação com o funcionamento parcial da escola. Atendendo à pressão de prazos da duração da empreitada e vigência do QC de Apoio, a Câmara Municipal levou a cabo reuniões com a empresa que, para garantir a redução dos prazos estava na disponibilização completa da escola. Situação esta que nunca havia sido antes perspetivada e que requeria um conjunto de ações logísticas mais difíceis para o próprio Agrupamento de Escolas da Lousã e mais difíceis financeiramente porque exigiam a contratação de contentores. Ainda assim, o último prazo apresentado pela empresa construtora foi o final do primeiro trimestre do ano de dois mil e vinte e quatro, pelo que, nesses termos, a Câmara Municipal tendo presente as regras da contratação pública atualmente em vigor, o enquadramento legal

subjacente ao seu funcionamento e a questão do fundo comunitário fez a presente análise. Sublinhou que este processo não se decide de um momento para o outro porque exige um conjunto de diligências, nomeadamente com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC no que respeita à atual e futura candidatura. Relativamente às questões suscitadas, fez uma extensa e detalhada informação ao Executivo, sobre toda a tramitação processual, salientando que a Câmara Municipal recebeu o Visto do Tribunal de Contas, adiante designado por TdC e a aprovação da candidatura a fundos comunitários, no mês de fevereiro. A aprovação do financiamento comunitário é condição importante para a obtenção do Visto do TdC que não andou tão rapidamente como o desejado, influenciando, desta forma, o Visto do TdC. Nesse mesmo mês houve a confrontação do início da guerra com as consequências daí decorrentes e a partir daí foram avaliadas e ponderadas todas as situações através dos seus serviços técnicos, análise jurídica e com a empresa construtora que avaliou o aumento de preços em cerca de 30% de diferencial relativamente ao valor inicialmente contratado. Frisou que seria 30% em quase três milhões e um prazo de execução da obra que iria para o mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, e, tendo em conta que o QC termina em trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, haveria cerca de cinco meses de faturação de execução de obra, e a perda de financiamento com graves consequências financeiras que daí advinham, a acrescer que teria que assumir o incremento do valor da empreitada decorrente da situação conjuntural atual com receitas do próprio orçamento municipal. Disse que por estas razões apresentadas foi esta solução que a Câmara Municipal encontrou em articulação com a CCDRC e propõe, pese embora desejasse fazer a obra de requalificação da Escola Secundária da Lousã que necessita de conforto e segurança, nos vários parâmetros desta intervenção. Sublinhou que não se trata de uma desistência, porque continua a ser um objetivo pertinente da Câmara Municipal e, afirmou que o QC Portugal 2030 garante obras, pelo que os serviços técnicos estão atentos para desenvolver, logo que possível, o processo de candidatura de contratação pública com menos riscos associados e com um prazo de execução de dois anos. Acrescentou, ainda, que não perdeu de vista a candidatura para a requalificação da EB 2. Relativamente à possibilidade de

resolução litigante por via de indemnização, disse que, de acordo com a informação que todos dispõem é um processo financeiramente muito inferior ao risco de perda, quer de fundos comunitários, quer de custo adicional de empreitada. -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interpelou para questionar se não é possível a aplicação do diploma que saiu agora, na sua redação final em que, citando: - *“o Governo aprova regime excecional de revisão de preços nos contratos públicos. O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, um regime excecional e temporário para permitir a revisão de preços nos contratos públicos, devido ao aumento abrupto nos custos de materiais, mão-de-obra ou equipamentos.”* Perguntou para que serve se não se pode aplicar a este tipo de situações.-----

O Senhor Presidente esclareceu que o Decreto-Lei serve acima de tudo para permitir celeridade e enquadramento legal nas revisões de preços extraordinárias de forma a evitar atrasos nas execuções e garantir a execução dos fundos comunitários, mas também para permitir a prorrogação de prazos das obras por questões conjunturais sem haver penalização para o empreiteiro. -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio para interrogar se a Câmara Municipal tivesse avançado com a obra este diploma que está na sua redação final não se aplicaria, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que sim, mas apenas parcialmente, até porque o Decreto-Lei vai ainda para auscultação pública de várias entidades. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para afirmar que por todas as razões invocadas é que disse que seria uma decisão muito difícil, uma vez que os contactos que o **Senhor Presidente da Câmara** desenvolveu, ficou com essa perceção. Por outro lado, dos contactos que fez, muitos acreditam que a situação se vai resolver, porque se trata de uma questão transversal ao país e à Europa. E, se todos os municípios fizerem como a Lousã e desistirem das obras para as quais se candidataram, haverá muitos milhões de euros de fundos comunitários que não serão gastos. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que para tomar decisões é sempre com base em informações e dados reais e não perceções e não haverá o risco de perda por obras que já estão com alta taxa de execução. O que se impõe no momento é tomar

a decisão mais segura e com menos riscos. Deu nota de que todos os países estão a pedir verbas PRR e do próximo QC e a Comissão Europeia fará a sua análise, tendo em conta a atual conjuntura. -----

O Senhor Vereador João Santos pediu a palavra para dizer que, citando: *“infelizmente o processo, como já falámos aqui, é difícil. Infelizmente seremos os primeiros a tomar esta decisão e que, depois desta decisão, e formalmente já há vários municípios que vão adiar obras, suspender obras, mas haverão outros que seguirão este caminho.”* Referiu outro cenário que poderá conduzir a uma situação complicada, a gestão do dia-a-dia dos estabelecimentos de ensino que poderá ser confrontado com o pedido de uma paragem de obra, ou por pedido de reequilíbrio financeiro solicitado pela empresa e ainda assim, gerir esta situação com a escola totalmente entregue à empresa. Isto gera um problema muito grave porque muitas vezes não há o reequilíbrio e as empresas abandonam a obra. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta com três votos contra do PSD aprovar a proposta de resolução do contrato da empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã. **O Senhor Presidente da Câmara** usou da faculdade prevista no nº 1 do art.º 33 do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, adiante designado por CPA, na sua atual redação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).-----

2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da transferência financeira obrigatória destinada a equilíbrio dos resultados do exercício de 2021 da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que na sequência da informação prestada na última Assembleia Municipal e de acordo com os nºs 1 a 4 do artigo 40º e nº 1 do artigo 41º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, ao Município da Lousã é imputado a transferência obrigatória no valor de EUR: 464.539,13 a realizar para a APIN para equilíbrio do resultado do exercício de 2021. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra para dizer que não é novidade para o PSD, porque na apresentação de contas perceberam que a empresa APIN

iria apresentar um resultado negativo de dois milhões e meio de euros. Disse que é o que tem que ser feito, porque é assim que está acordado. No entanto, deixou uma nota em tom de reflexão, uma vez que os representantes acionistas de cada município da APIN, vão prestar sempre variados apoios à empresa, se não se pode equacionar uma solução para as captações de água no concelho, a fim de serem utilizadas para autoconsumos e, eventualmente, canalização para algumas associações que tenham necessidades especiais de abastecimento de água, dado avultado investimento, seria uma medida compensatória aos apoios dados constantemente à empresa intermunicipal. -----

O Senhor Presidente de Câmara esclareceu que a utilização de captações tem enquadramento legal, não significando que os municípios não estejam a avaliar, nomeadamente, os consumos, autoconsumos e melhor funcionamento de alguns espaços associativos que não são da sua responsabilidade direta. Sobre a realidade da APIN, referiu que o município, no último ano em que geriu diretamente o sistema, teve um milhão e meio de euros de défice de exploração do sistema. ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com três abstenções do PSD, aprovar a transferência financeira obrigatória destinada a equilíbrio dos resultados do exercício de 2021 da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 3 (três)). -----

2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Oliveira: -----

2.3.1 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da proposta de ampliação do traçado da rua com o topónimo "Rua do Soito", sita na Ponte Velha, apresentada pela Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 28 de abril de 2022.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de ampliação do traçado da rua com o topónimo "Rua do Soito", sita na Ponte Velha, apresentada pela Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de

Toponímia, na sua reunião de 28 de abril de 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.3.2 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da proposta de atribuição do topónimo "Quelha do Cabo do Lugar", ao arruamento sito no Olival, apresentada pela Junta de Freguesia das Gândaras e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 28 de abril de 2022. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de atribuição do topónimo "Quelha do Cabo do Lugar", ao arruamento sito no Olival, apresentada pela Junta de Freguesia das Gândaras e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 28 de abril de 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 5 (cinco)). -----

2.3.3 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da proposta de atribuição do topónimo "Viela da Oitava", ao arruamento sito na Ribeira, apresentada pela Junta de Freguesia das Gândaras e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 28 de abril de 2022. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de atribuição do topónimo "Viela da Oitava", ao arruamento sito na Ribeira, apresentada pela Junta de Freguesia das Gândaras e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião de 28 de abril de 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 6 (seis)). -----

2.3.4 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação dos montantes das Bolsas de Estudos a atribuir aos estudantes do ensino superior residentes no município da Lousã para o ano 2022. -

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio referindo-se à proposta que refere que os valores vão ser iguais aos do ano transato, contrapondo com a

reflexão, uma vez que houve o aumento dos custos de vida e tudo o que é inerente ao ensino aumentou, seria pertinente rever o valor das bolsas. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a **Senhora Vice-Presidente** é que está a acompanhar este processo. Adiantou que este processo teve início em outubro do ano de dois mil e vinte e um e os montantes fixados têm a ver com o início do ano letivo, no entanto não rejeitou a possibilidade de serem revistos os escalões. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta dos montantes das Bolsas de Estudos a atribuir aos estudantes do ensino superior residentes no Município da Lousã, para o ano de dois mil e vinte e dois. A despesa está inscrita no Orçamento Municipal com o valor de EUR: 10.000.00 (dez mil euros), na classificação orçamental 0102/04080202 e no projeto das GOP 212 2022/13-3. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 7 (sete)). -----

2.4 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:-----

2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição do apoio financeiro no montante de 3.600,00 € à ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, no âmbito do Consórcio do Espaço J E8G, para a realização do programa "Estágios Experimenta+ 2022".-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição do apoio financeiro no montante de EUR: 3.600,00 à ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, no âmbito do Consórcio do Espaço J E8G, para a realização do programa "Estágios Experimenta+ 2022". O valor em causa foi cabimentado e comprometido no dia dez de maio do ano de dois mil e vinte e dois, através do documento interno nº 160, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das GOP com a designação 02 212 2022/13-4. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8 (oito)). -----

2.4.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal que delibere autorizar permuta da sepultura perpétua nº 25 da quadra 4 do Cemitério Municipal da Lousã, pela sepultura nº 74 da quadra 10. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar permuta da sepultura perpétua nº 25 da quadra 4 do Cemitério Municipal da Lousã, pela sepultura nº 74 da quadra 10. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 9 (nove)). -----

2.4.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a aprovação da cedência a terceiros da concessão da Loja nº 2 do Mercado Municipal da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta ao abrigo do disposto na alínea c) do Regulamento Municipal de Mercados e Feiras do Concelho da Lousã autorizar a cedência a terceiros da concessão da Loja nº 2 do Mercado Municipal da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 10 (dez)). -----

2.4.4 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense, João Francisco Bernardo Pimentel, que se sagrou Campeão Regional na disciplina de Rumble Kids, no Campeonato Regional Centro/Sul de Kempo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense, João Francisco Bernardo Pimentel, que se sagrou Campeão Regional na disciplina de Rumble Kids, no Campeonato Regional Centro/Sul de Kempo. Este Voto de Reconhecimento é Extensivo a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para os excelentes resultados alcançados. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 11 (onze)). -----

2.4.5 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento às atletas Lousanenses, Diana Silva e Maria Silva, pelos resultados obtidos na modalidade de Futsal, no Campeonato Feminino de Futsal. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento às atletas Lousanenses, Diana Silva e Maria Silva, pelos resultados obtidos na modalidade de Futsal, no Campeonato Feminino de Futsal. Este Voto é extensivo aos corpos sociais da Associação Académica de Coimbra, à equipa Sénior Feminina de Futsal e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 12 (doze)). -----

2.4.6 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à equipa de Sub-19 Masculinos do Rugby Clube da Lousã que se sagrou Campeã Nacional na Fase Final CUP – Grupo B. ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à equipa de Sub-19 Masculinos do Rugby Clube da Lousã que se sagrou Campeã Nacional na Fase Final CUP – Grupo B. Este voto é extensivo ao Rugby Club da Lousã e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 13 (treze)). -----

2.4.7 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Catarina Isabel Silva Amado, que se sagrou Bicampeã Nacional de Futebol Feminino, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Catarina Isabel Silva Amado, que se sagrou Bicampeã Nacional de Futebol Feminino, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica. Este voto é extensivo ao Sport Lisboa e Benfica e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 14 (catorze)). -----

2.4.8 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal que delibere dar início ao procedimento de elaboração de um novo Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o início ao procedimento de elaboração de um novo Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 15 (quinze)). -----

2.5 - Bombeiros Municipais da Lousã: -----

2.5.1 - A remeterem o mapa de despesas mensais comparticipadas por Dispositivo Municipal referente ao mês de abril de 2022. Para ratificar. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara de nove de maio do ano de dois mil e vinte e dois e aprovar o mapa de despesas mensais comparticipadas por Dispositivo Municipal referente ao mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no valor de EUR: 3.920,49 (três mil novecentos e vinte euros e quarenta e nove cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/02022599. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 16 (dezassex)). -----

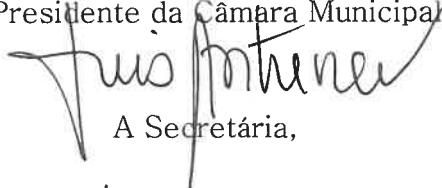
2.5.2 - A remeterem o mapa de despesas mensais comparticipadas por Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de abril de 2022. Para ratificar. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara de nove de maio do ano de dois mil e vinte e dois e aprovar o mapa de despesas mensais comparticipadas por Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois., no valor de EUR: 5.301,00 (cinco mil trezentos e um euros). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/02022599. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 17 (dezassete)). -----

Nada mais havendo a tratar às onze horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a

presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

